

## O PROBLEMA DO GÊNERO SEGUNDO O FEMINISMO DE RAIZ

### THE PROBLEM OF GENDER ACCORDING TO ROOT FEMINISM

Marília Côrtes de Ferraz<sup>1</sup>

Isabella D'Aquino Marcondes Noronha<sup>2</sup>

#### Resumo

Neste artigo buscamos tornar evidente a importância fundamental do conceito de gênero para nortear uma análise da opressão das mulheres, sob uma perspectiva materialista do feminismo de raiz. Quando o gênero é entendido meramente como uma escolha pessoal ou identidade, em vez de uma ferramenta de poder que hierarquiza os sexos, isso obscurece a luta feminista. A negação de uma realidade objetiva, muitas vezes promovida pelo pensamento pós-moderno, representa um perigo para os movimentos políticos, incluindo o feminismo, ao esvaziar alguns conceitos essenciais. Salientamos que a definição clara de conceitos é crucial para promover discussões significativas e identificar grupos sociais oprimidos. Argumentamos que o movimento feminista, em sua essência, deve organizar-se em torno das semelhanças entre as mulheres, reconhecendo sua condição como uma classe sexual distinta da dos homens. Isso não significa afirmar, tal como Heuchan (2018) adverte em *Womanhood: On sex, gender roles, and self-identification*, que “todas as experiências de mulheres se adequam aos mesmos padrões universais, ou que todas as mulheres têm relativamente a mesma posição nas estruturas de poder mundiais”. Pelo contrário, compreendemos que fatores como raça e classe social, por exemplo, determinam o lugar da mulher no que se refere às estruturas de poder. No entanto, uma vez que a luta das mulheres contra o patriarcado é coletiva, entendemos que a emancipação de opressões sistêmicas não se dará por meio da individualização de questões estruturais. Assim, o que nos une como classe é resultado direto da nossa realidade material, que nos torna alvo do controle patriarcal devido à nossa capacidade reprodutiva e sexual. Para compreender essa ideia, é necessário entender o papel histórico do gênero na opressão das mulheres que, por sua vez, remonta à naturalização dos papéis sociais de gênero ao longo da história. Desse modo, realizamos uma análise terminológica de alguns conceitos essenciais, tais como opressão, subordinação, privação, sexo e gênero para descrever a conjuntura do problema do gênero no contexto da história da opressão das mulheres.

**Palavras-chave:** gênero; feminismo; opressão; sexo; materialismo.

#### Abstract

In this article we highlight the fundamental importance of the concept of *gender* for analyzing women's oppression from the materialist perspective of radical feminism. When gender is understood merely as a personal choice or identity, rather than a tool of power that hierarchizes the sexes, this obscures the feminist movement. The denial of an objective reality, often promoted by postmodern ideas, represents a danger for political movements, including feminism, by hollowing out some essential concepts. We emphasize that the clear definition of concepts is crucial to promoting meaningful discussions and identifying oppressed social

<sup>1</sup> Doutora em Filosofia pela Universidade de São Paulo - USP. Professora adjunta da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP. Email: mariliacortes@uenp.edu.br

<sup>2</sup> Graduanda em Filosofia pela Universidade Estadual do Norte do Paraná. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, Fundação Araucária (UENP/PIBIC/FA). Email: i.dmnoronha@gmail.com

groups. We argue that the feminist movement, at its core, must organize around the similarities between women, recognizing their status as a sexual class distinct from that of men. This is not to say, as Heuchan (2018) warns in *Womanhood: On sex, gender roles, and self-identification*, that "all women's experiences conform to the same universal standards, or that all women have relatively the same position in global power structures". On the contrary, we realize that factors such as race and social class, for example, determine a woman's place in power structures. However, we understand that since women's struggle against patriarchy is collective, emancipation from systemic oppression will not come about through the individualization of structural issues. Thus, what unites us as a class is a direct result of our material reality, which makes us a target for patriarchal control due to our reproductive and sexual capacity. To understand this idea, it is necessary to understand the historical role of gender in the oppression of women, which goes back to the naturalization of social gender roles throughout history. We therefore carried out a terminological analysis of some essential concepts, such as oppression, subordination, deprivation, sex, and gender, to describe the context of the gender problem in the history of women's oppression.

**Key words:** gender; feminism; oppression; sex; materialism.

## Introdução

Neste artigo, pretendemos tornar evidente a necessidade de se tomar o conceito de gênero como um conceito fundamental para nortear uma análise e interpretação acerca da opressão das mulheres, a partir de uma leitura materialista proposta pelo feminismo de raiz.<sup>3</sup> A compreensão de uma realidade específica pode se tornar difícil quando o significado de um conceito é relativizado. Por isso, é importante respeitar os significados dos conceitos e o que eles representam.

No que concerne ao conceito de gênero, quando ele deixa de ser entendido como uma ferramenta de poder utilizada para hierarquizar os sexos, e passa a ser visto como “estilos de carne”, uma escolha pessoal ou uma identidade, obscurece-se a luta feminista. A expressão "estilos de carne" refere-se à noção, cunhada pela filósofa pós-estruturalista Judith Butler, de que as supostas “identidades de gênero” são construídas por meio de atos performativos individuais que podem desafiar as normas tradicionais de masculinidade e feminilidade, e, ainda, à definição do conceito de gênero que Butler, precursora da *Teoria Queer*, apresenta ao realizar uma leitura inadequada da tese defendida por Simone de Beauvoir (“*Ninguém nasce mulher, torna-se*”), em seu livro *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade* (2018, p. 185 - 186). A *Teoria Queer* é uma teoria sobre o gênero. Tal teoria afirma que a orientação sexual e a identidade sexual ou de gênero dos indivíduos são o resultado de um constructo social e que, portanto, não existem papéis sexuais essenciais ou biologicamente inscritos na natureza humana, antes, são formas socialmente variáveis de desempenhar um ou vários papéis sexuais. A leitura de Butler seria inadequada porque, a nosso ver, ela distorce a fala de Beauvoir — que diz respeito à realidade material das mulheres — para justificar o conceito de identidade de gênero, ou seja, a experiência interna e individual com a qual a pessoa se identifica, independentemente de sua materialidade. A obra *O Segundo Sexo* aborda constantemente a realidade material e as experiências subjetivas das mulheres. Beauvoir discute a condição feminina de maneira explícita, usando a expressão “fêmeas humanas” para deixar claro, desde o início, o foco de seu discurso. Seria desonesto e desrespeitoso insinuar ou até mesmo afirmar o contrário. A obra é extremamente séria, bem estruturada e fundamentada, abrangendo desde a infância até a velhice, explorando o significado de cada uma dessas fases para as mulheres, tanto em termos físicos quanto em termos sociais e políticos. Ela descreve

---

<sup>3</sup> O feminismo de raiz, também chamado de feminismo radical, é uma corrente que busca combater a opressão das mulheres a partir de suas causas estruturais, isto é, busca a raiz do problema, o qual será esclarecido ao longo deste artigo. Assim, ao escolhermos o termo "feminismo de raiz" em vez de "feminismo radical", procuramos evitar a associação negativa que comumente se faz com o termo "radical".

como pertencer ao sexo feminino afeta a vida das mulheres. No primeiro volume, *Fatos e Mitos*, Beauvoir destrói a ideia segundo a qual a feminilidade é inata, ou que exista uma essência feminina, e esclarece a razão do desequilíbrio de poder entre os sexos. No segundo volume, Beauvoir (2016) fala da experiência vivida das mulheres. É na página 11, na primeira linha, quando ela começa a falar da infância, que encontramos a célebre frase que vem sendo distorcida. “*Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um Outro*”. Beauvoir não está afirmando que qualquer pessoa pode se tornar mulher, mas sim que nascer do sexo feminino numa sociedade patriarcal faz com que as mulheres sejam definidas a partir dos homens. E não acidentalmente o livro se chama *O segundo sexo*.

O esvaziamento de conceitos, resultante da negação de uma realidade objetiva, oriunda do pensamento pós-moderno, apresenta um perigo significativo para as lutas políticas, incluindo a do feminismo. Estamos admitindo aqui que quando um conceito comporta interpretações variadas, incluindo significados que geram leituras contraditórias de uma mesma realidade, ele se torna vazio de significado. Isso ocorre porque o propósito de um conceito é fornecer um quadro conceitual comum para entender e comunicar ideias sobre a realidade. Um conceito é uma abstração que representa uma classe de objetos, eventos ou ideias. Ele tem um significado que é compartilhado por um grupo de pessoas ou em um contexto específico. Quando um conceito é ambíguo e pode ser interpretado de diferentes maneiras, ele perde sua capacidade de fornecer um quadro conceitual claro. Desse modo, quando diferentes interpretações de um conceito levam a leituras contraditórias da mesma realidade, o conceito não está mais desempenhando seu papel de facilitar a compreensão e a comunicação. Se as pessoas podem interpretar um mesmo conceito de maneiras opostas, fica difícil chegar a um consenso ou promover discussões significativas sobre qualquer assunto. Somente definições bem estabelecidas entre grupos e suas relações sociais de sexo, raça e classe permitem informar e diferenciar os oprimidos dos opressores. Por isso, é essencial que todo movimento social orientado por uma teoria política consiga definir e identificar os indivíduos que compartilham, de alguma forma, experiências de vida semelhantes, por mais diversas que sejam as suas manifestações. Sobre isso, a escritora Ti-Grace Atkinson explica em sua palestra *The Descent from Radical Feminism to Postmodernism*:

O que torna uma categoria política uma classe são as semelhanças. No caso de uma classe oprimida, essas queixas são observadas e compartilhadas. É somente quando essa classe se mobiliza em torno dessas queixas e forma grupos políticos é que mudanças sociais significativas podem ser alcançadas. São as diferenças entre nós que nos mantêm isoladas, ineficazes—e em desespero. Mas nós não nos organizamos em torno das diferenças. O fato de que o pós-modernismo enfatiza a “diferença” denuncia seu jogo político. A diferença nos mantém separadas, não unidas (Atkinson, 2014, n.p.).

Com base no que foi dito acima, é a partir das semelhanças entre os indivíduos que o movimento social organiza sua agenda política em torno de um objetivo comum. Identificar e definir o sujeito político/revolucionário do movimento feminista, ou seja, aquele por quem se luta, como sendo as mulheres e meninas (quer dizer, todos os seres humanos do sexo feminino), significa compreender que existe uma substância comum em metade da humanidade que a torna uma classe sexual distinta da classe dos seres humanos do sexo masculino. Para o feminismo de raiz essa substância comum a todas as mulheres é a sua realidade material, isto é, o seu sexo, e é essa condição que as une em uma classe, tal como explica a escritora Claire Heuchan:

Um elemento-chave da análise feminista é o reconhecimento da mulher como uma classe sexual. Com isso não quero dizer que todas as experiências de mulheres se adequam aos mesmos padrões universais, ou que todas as mulheres têm relativamente a mesma posição nas estruturas de poder mundiais: fatores como raça, deficiência, classe social e sexualidade determinam onde uma mulher está situada em relação ao poder. Pelo contrário, essa perspectiva oferece um reconhecimento do papel prestado pelo patriarcado em determinar a dinâmica de poder entre homens e mulheres. A luta das mulheres contra o patriarcado é coletiva, e a emancipação de opressões sistêmicas não se dará por meio da individualização de questões estruturais. Mulheres de todas as cores e credos, mulheres de todas as classes e castas são ativamente subjugadas desde o seu nascimento - uma análise política que não incorpore essa realidade não pode ser entendida como feminista. A opressão das mulheres é resultado direto de se ter nascido com corpo feminino em uma sociedade patriarcal. Considerar as mulheres enquanto classe é, portanto, fundamental a uma crítica feminista significativa do patriarcado (Heuchan, 2018, n.p., tradução nossa)<sup>4</sup>.

A realidade material confere às mulheres uma potencial capacidade reprodutiva e sexual que as tornam, desde muito tempo e por motivos históricos específicos, objeto de desejo de controle por parte dos homens. Com o advento de teorias pós-modernas, como a *Teoria Queer*,

<sup>4</sup> Heuchan, 2018, n.p.: “A key element of feminist analysis is the recognition of woman as a sex class. By this I do not mean that all women’s experiences meet the same universal standards, or that all women are positioned similarly within the world’s power structures: factors such as race, disability, social class, and sexuality all shape where a woman is situated in relation to power. Rather, this perspective offers an acknowledgement of the role in which patriarchy plays in determining the power dynamic between women and men. Women’s struggle against patriarchy is collective, and emancipation from systemic oppression cannot be found through individualising a structural issue. Women of all colours and creeds, women of all classes and castes, are actively subjugated from birth – a political analysis which fails to incorporate this reality cannot truly be thought of as feminist. Women’s oppression is a direct result of having been born female-bodied into a patriarchal society. Considering woman as a sex class is, therefore, fundamental to meaningful feminist critique of patriarchy”.

conceitos como “mulher” e “homem” passam a ser questionados e a designar outras coisas que não o sexo. A *Teoria Queer*, em oposição ao feminismo de raiz, não compreende o gênero propriamente como um problema<sup>5</sup>. Para entendermos a razão de feministas de raiz se oporem a essa ideia, precisamos, antes, conhecer qual foi o papel do gênero na história de opressão das mulheres. Gerda Lerner, em sua obra *A Criação do Patriarcado*, explica como o controle do potencial reprodutivo e sexual das mulheres foi se tornando sofisticado ao longo dos séculos, sobretudo devido à naturalização dos papéis sociais de gênero. Assim, a fim de contextualizar o problema do gênero para o feminismo de raiz, é necessário que, primeiramente, façamos uma análise terminológica de alguns conceitos que estão muito presentes na história de opressão das mulheres pelos homens.

### **1 - Opressão, subordinação e privação**

Quando nos referimos à opressão sofrida pelas mulheres, por se tratar do domínio de metade da humanidade sobre a outra metade, falamos de uma opressão qualitativamente diferente da opressão sofrida por outros grupos. Para explicar essa peculiaridade, é preciso delinear o significado de alguns conceitos que, ocasionalmente, são empregados como se fossem sinônimos; são eles: opressão, subordinação e privação. Na medida em que reconhecemos as mulheres como centrais na história da humanidade, podemos afirmar que os três conceitos já descreveram seus *status* em algum momento dessa história, mas cada um é apropriado para retratar e enfatizar aspectos específicos da sua condição em determinado momento ou local (Lerner, 2019, p. 283).

O conceito de opressão, por exemplo, se compreendido como subordinação forçada<sup>6</sup>, limitando-se apenas à ideia de vitimação, ou seja, uma relação de dominação unilateral, na qual um grupo exerce poder sobre outro de maneira intencional e consciente, possui a desvantagem,

---

<sup>5</sup> Isso porque o gênero (as características entendidas como masculinas ou femininas) não é compreendido como inerentemente opressivo. Ao reivindicar essas características como parte de sua identidade, os adeptos da *Teoria Queer* podem questionar e rejeitar a ideia de que essas características são intrinsecamente opressivas. Quer dizer, ao que tudo indica, eles não veem, por exemplo, que a associação da identidade de gênero feminina com o termo “mulher” é prejudicial, uma vez que parecem não entender que a feminilidade foi usada historicamente para manter as mulheres em papéis submissos. Sendo assim, o uso do termo “mulher” deve ser desvinculado das normas de feminilidade, visto que os estereótipos e normas de feminilidade eram e são usados para justificar e naturalizar a subordinação e a opressão das mulheres em muitas sociedades. A associação da feminilidade com o conceito “mulher” pode, portanto, perpetuar a ideia de que a feminilidade é inerente à identidade das mulheres.

<sup>6</sup> Aqui, aderimos à definição de Gerda Lerner de opressão, mas, ainda que a subordinação forçada seja, de fato, um elemento central de qualquer espécie de opressão e, por isso, seja difícil caracterizá-la de outra forma, o termo opressão também pode ser descrito como um sistema de desigualdades estruturais e relações de poder injustas que resultam em marginalização, discriminação e restrição das liberdades e direitos de certos grupos ou indivíduos. Dessa maneira, além da subordinação forçada, a opressão pode se manifestar através da privação de recursos e oportunidades, negligência institucional, silenciamento, invalidação do ser mulher como sujeito político, autônomo e possuidor de direitos etc.

em comparação ao conceito de subordinação, de não englobar em seu significado a possibilidade do paternalismo ou, propriamente, da dominação paternalista — condição que caracteriza sobremaneira a experiência histórica das mulheres. Segundo Lerner, a dominação paternalista:

[...] descreve a relação de um grupo dominante, considerado superior, com um grupo subordinado, considerado inferior, na qual a dominância é mitigada por obrigações e direitos recíprocos. O grupo dominado troca submissão por proteção, trabalho não remunerado por sustento. Em suas origens históricas, o conceito vem das relações familiares conforme se desenvolveram sob o patriarcado, nas quais o pai tinha obrigação de prover sustento econômico e proteção. [...] Como se aplica a relações familiares, deve-se observar que as responsabilidades e as obrigações não são distribuídas igualmente entre o grupo protegido: a subordinação dos filhos meninos à dominância do pai é temporária; dura até que eles mesmos se tornem chefes de família. A subordinação das filhas meninas e das esposas dura a vida inteira. As filhas só podem escapar tornando-se esposas sob a dominância/proteção de outro homem. A base do “paternalismo” é um contrato verbal de troca: sustento econômico e proteção do homem em troca de subordinação em todos os aspectos, servidão sexual e trabalho não remunerado da mulher (Lerner, 2019, p. 290 - 291).

Sendo assim, ao rotular mulheres como tão somente vítimas, escondemos a complexidade da dialética histórica das mulheres que foram e são, ao mesmo tempo, sujeitos e agentes, bem como centrais e marginalizadas nos eventos históricos. Mesmo que nossa experiência histórica inclua, de fato, situações de vitimação, é somente quando abandonamos essa ideia de vitimação que o conceito de opressão pressupõe que conseguimos explicar a participação da mulher na construção do sistema que a subjuga (Lerner, 2019, p. 65). Porém, isso não significa que o conceito de opressão aplicado à história das mulheres não seja importante ou adequado. Como explicado acima, cada conceito é responsável por evidenciar determinados aspectos específicos da história das mulheres. O conceito de opressão, justamente por focar na intencionalidade, é importante para revelar a existência de relações de poder explícitas entre os grupos. No entanto, podemos admitir que o conceito de subordinação possui algumas vantagens para explicar a participação ativa da mulher em sua história, uma vez que, contrariamente ao conceito de opressão, em seu significado está inserida a possibilidade de uma relação de acordo entre dominante e subordinado, segundo a qual se estabelece uma espécie de dependência mútua, isto é, a relação paternalista. Além disso, a subordinação ainda possui a vantagem adicional sobre o conceito de opressão por ser neutra em relação às suas causas. Isso significa que a dominação dos homens não é necessariamente resultado somente de um conjunto de intenções individuais maliciosas, mas sim de uma complexa ordem social e política, incluindo práticas culturais e papéis sociais que foram estabelecidos e perpetuados, frequentemente, de maneira inconsciente (*Ibid*, 2019, p. 285). De acordo com Lerner:

[...] as relações complexas de sexo/gênero entre homens e mulheres ao longo de cinco milênios não podem ser atribuídas a uma única causa – a sede de poder dos homens. Portanto, é melhor usarmos termos razoavelmente sem carga de valores para que possamos descrever as várias e variadas relações de sexo/gênero, construídas tanto por homens quanto por mulheres em épocas e momentos diferentes (Lerner, 2019, p. 285).

O conceito de privação, por sua vez, se entendido como negação de prerrogativas e privilégios, possui a vantagem, em relação aos outros dois, de ser objetivo, concentrando-se no que foi negado e não em quem negou. A privação enfatiza a ideia de que as mulheres experimentaram uma perda gradual de autonomia, influência e acesso a recursos ao longo do tempo. Isso permite uma compreensão histórica de que a subordinação feminina não é algo natural e inerente, mas sim resultado de mudanças sociais, culturais e econômicas. Simultaneamente, a privação possui a desvantagem de mascarar a existência das relações de poder. Enquanto os conceitos de opressão e subordinação revelam a existência dessas relações que perpetuam a desigualdade entre os sexos, o conceito de privação pode ser mais limitado em seu escopo, ao focar somente na perda e na negação de direitos e de poder, sem enfatizar o funcionamento dos sistemas de opressão. Assim, ele pode não abordar adequadamente a dimensão da intencionalidade e da opressão consciente perpetrada contra as mulheres, bem como não reconhecer plenamente a luta e a resistência das mulheres em face da dominação dos homens (Lerner, 2019, p. 284-285). Como exemplifica a historiadora:

[...] homens e mulheres da fronteira do oeste norte-americano eram *privados* de assistência médica adequada e oportunidades educacionais em razão das condições na fronteira. Mulheres norte-americanas do nordeste urbano antes da Guerra Civil podem ser descritas como *oprimidas*, pois a elas eram negados direitos legais como o voto, e liberdade sexual, como o direito de controlar a própria reprodução. Práticas discriminatórias no emprego e na educação constituem opressão, uma vez que tais restrições, na época, eram impostas para beneficiar grupos específicos de homens, tais como os empregadores e profissionais do sexo masculino. Mulheres eram *privadas* em termos econômicos, pois eram direcionadas a empregos segregados por sexo. Pode-se dizer que mulheres casadas são *subordinadas* aos homens em relação a seus direitos legais e seu direito à propriedade. Mulheres em geral eram subordinadas aos homens em associações voluntárias e em instituições, como em igrejas (Lerner, 2019, p. 285 - 286).

Portanto, sempre que nos referirmos à luta pela emancipação feminina, devemos levar em consideração todos esses aspectos que compõem e diferenciam a complexa história de opressão das mulheres pelos homens das outras lutas políticas e sociais.

## 2 - Sexo e gênero

O grande enigma que permeia essa história – a participação ativa das mulheres em sua própria subordinação – pode ser explicado a partir do processo de hierarquização, possibilitado pela naturalização dos papéis de gênero. A interiorização da posição subalterna pelo oprimido e da posição de soberania pelo opressor acontece a partir do reconhecimento de supostas diferenças ontológicas<sup>7</sup> entre os grupos sociais. Considerando que sexo e gênero são entes diferentes, a identificação do gênero com o sexo, como se tivessem o mesmo significado – utilizado por vezes assim tanto na mídia como na academia –, faz com que a diferença entre fato biológico e constructo social torne-se um tanto obscura. Sexo refere-se à biologia reprodutiva, entendida como a realidade material dos seres vivos. Já o gênero é um conjunto de valores sociais e culturais que prescrevem formas de comportamento e aparência apropriadas a cada um dos sexos, ou seja, papéis culturais atribuídos à masculinidade e à feminilidade. De acordo com Lerner, “mulheres são um sexo” em razão de suas distinções biológicas, da mesma forma que os homens são outro sexo pelo mesmo motivo. Defini-los dessa maneira deixa claro que um não é subgrupo do outro, mas que ambos são partes diferentes do todo (Lerner, 2019, p. 288). A distribuição dos gêneros que, num primeiro momento, pode parecer arbitrária ou inocente, na verdade, esconde uma lógica muito bem estruturada para hierarquizar os dois sexos, atribuindo um valor superior à classe masculina em detrimento da feminina. Essa operação de hierarquização concede recursos, privilégios e propriedades aos indivíduos baseados nos papéis de gênero construídos socialmente. Assinalar a diferença entre sexo e gênero é deveras importante para compreender como esse sistema opera. Enquanto o sexo, por exemplo, torna possível que mulheres possam ter filhos, o gênero confere à mulher o dever de criá-los (Lerner, 2019). De um lado, a opressão das mulheres é baseada no sexo e tem início no nascimento. De outro, opera mediante a imposição social do sistema de gênero.

O patriarcado, iniciado no terceiro milênio a.C.<sup>8</sup>, levou quase 2500 anos até ser concluído (Lerner, 2019, p. 261) e transformou, mediante o uso da violência, em algemas aquilo que era um dos maiores símbolos de poder e de força das mulheres: sua capacidade reprodutiva (Amara, 2021). Muitas sociedades ao longo da história viam o processo de dar à luz e a própria

---

<sup>7</sup> O termo “ontológicas” se refere ao conceito de *ontologia* que, mesclado ao conceito de metafísica, significa “a ciência do ser enquanto ser” (Aristóteles, 2005, livro IV, 1003<sup>a</sup> 20-25; livro VII). As “diferenças ontológicas”, no texto, devem, portanto, ser entendidas como as diferenças relativas ao *ser* do ser homem e ao *ser* do ser mulher.

<sup>8</sup> Cf. Lerner, 2019, p. 289: “A dominância patriarcal de chefes de famílias homens sobre seus parentes é muito mais antiga que a antiguidade clássica; ela começa no terceiro milênio a.C. e encontra-se bem estabelecida na época em que foi escrita a Bíblia Hebraica.”

maternidade como um evento divino, atribuindo às mulheres um poder especial por sua capacidade de gerar vida. A ligação entre a maternidade e a divindade pode ser observada em várias mitologias e sistemas de crenças ao redor do mundo. Por exemplo, na mitologia grega, a deusa Hera era associada ao casamento e à maternidade, sendo considerada protetora das mulheres grávidas e das crianças. Em outras culturas, como a antiga civilização egípcia, a deusa Ísis era venerada como mãe divina e protetora da fertilidade. Tais crenças e práticas reforçavam a ideia de que as mulheres eram portadoras de um poder sagrado e místico, por meio de sua capacidade de trazer vida ao mundo. Assim, uma das primeiras formas de apropriação de propriedade privada pelos homens foi a do trabalho de mulheres como reprodutoras. Os homens, aos poucos, perceberam que somente a capacidade de gerar vidas que as fêmeas humanas possuíam poderia possibilitar a sobrevivência e a manutenção da vida. Nesse sentido, a mulher foi concebida como o principal recurso de sobrevivência da espécie. Mulheres eram trocadas para garantir alianças de paz entre grupos e tribos; compradas e vendidas não somente para fins de reprodução, mas também para servirem de escravas sexuais etc. Preservadas principalmente pelo potencial reprodutivo, as mulheres foram o primeiro grupo de indivíduos escravizados, servindo de base para uma sociedade de classes. Posteriormente, o processo de acumulação primitiva<sup>9</sup>, mediante o controle reprodutivo das mulheres, deu início ao capitalismo (Federici, 2019a).

Silvia Federici (2019a), em sua obra *O Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva*, argumenta que o controle reprodutivo das mulheres foi parte essencial da acumulação primitiva, uma vez que a exploração do trabalho das mulheres desempenhava um papel central na geração de riqueza para o capitalismo emergente. De acordo com esta autora, no período pré-capitalista, as mulheres desempenhavam papéis econômicos e sociais importantes, principalmente na produção de bens domésticos e na reprodução da força de trabalho, como cuidar dos filhos, preparar alimentos e cuidar da casa. Tais atividades eram consideradas fundamentais, pois garantiam a criação e a manutenção das gerações futuras de trabalhadores. No entanto, com o advento do capitalismo, houve uma transformação radical na forma como o trabalho reprodutivo foi organizado e valorizado. Federici afirma que, à medida que o capitalismo se desenvolvia, as mulheres foram submetidas a um controle cada vez maior sobre sua sexualidade e reprodução. Isso foi alcançado mediante várias formas de repressão, como a perseguição de parteiras e curandeiras, a caça às bruxas e a introdução de leis e normas

---

<sup>9</sup> O conceito de acumulação primitiva desenvolvido por Karl Marx em sua obra *O Capital* foi fundamental para os desdobramentos e a compreensão do processo histórico marcado por violências, dominação e exploração que, por sua vez, redefiniu as estruturas da divisão sexual do trabalho.

que visavam controlar o corpo e a sexualidade feminina. Ao limitar o acesso das mulheres à contracepção, ao aborto e a outras práticas reprodutivas, o capitalismo pôde assegurar a reprodução da força de trabalho visando seus próprios interesses e garantindo, por exemplo, um suprimento constante de mão de obra, por meio do qual a reprodução humana de trabalhadores se dava de forma eficiente e a baixo custo. Para Silvia Federici: “Este processo demandou a transformação do corpo em uma máquina de trabalho e a sujeição das mulheres para a reprodução da força de trabalho” (2019b, p. 119). Além disso, o capitalismo pôde explorar ainda mais a força de trabalho feminina, aumentando a taxa de exploração e a extração de valor, ao transformar o trabalho reprodutivo das mulheres em trabalho não remunerado e invisibilizado. Isso significa que, ao transferir para as mulheres a responsabilidade pela reprodução social sem remunerá-las adequadamente, os homens puderam obter mais trabalho sem pagar por ele. De acordo com esta filósofa:

[...] essas mudanças históricas — que tiveram um auge no século XIX com a criação da figura da dona de casa em tempo integral — redefiniram a posição das mulheres na sociedade e com relação aos homens. A divisão sexual do trabalho que emergiu daí não apenas sujeitou as mulheres ao trabalho reprodutivo, mas também aumentou sua dependência, permitindo que o Estado e os empregadores usassem o salário masculino como instrumento para comandar o trabalho das mulheres. Dessa forma, a separação efetuada entre a produção de mercadorias e a reprodução da força de trabalho também tornou possível o desenvolvimento de um uso especificamente capitalista do salário e dos mercados como meios para a acumulação de trabalho não remunerado (Federici, 2019a, p. 145 - 146).

Como se pode perceber, tal fato resultou em um aumento na taxa de exploração, ou seja, na proporção de trabalho não remunerado em relação ao trabalho remunerado. E, assim, a extração de valor, que se refere à apropriação dos excedentes produzidos pelo trabalho, também foi ampliada, na medida em que as mulheres realizavam uma quantidade significativa de trabalho não remunerado, beneficiando diretamente o capitalismo. Ademais, sua capacidade reprodutiva continuou a ser determinante no momento de excluí-las da força produtiva e da base de produção de conhecimento, sob os argumentos da carência de força física e de uma sensibilidade excessiva próprias de sua natureza.

A fim de garantir o controle sobre os corpos e sobre a capacidade reprodutiva percebida<sup>10</sup> das mulheres, os homens se viram no dever de cercear a conduta dos seres do sexo

---

<sup>10</sup> A adição do termo “percebida” à capacidade reprodutiva das fêmeas humanas, cunhado pela pesquisadora Rebecca Reilly-Cooper (2017), é essencial para a compreensão de que mesmo as mulheres que não possuem capacidade reprodutiva real, isto é, mesmo que sejam estéreis e/ou incapazes de executarem a função reprodutiva relativa a seu sexo, elas continuarão sendo vistas socialmente como inferiores, uma vez que ainda são identificadas pela sua fisionomia biologicamente distinta. Por isso, ainda que inférteis, todas as mulheres são definitivamente socializadas sob o prisma do gênero no sistema patriarcal.

feminino e institucionalizar sua dominância por meio do que se entende hoje como socialização de gênero. A socialização de gênero é um processo de condicionamento, cuja imposição começa no nascimento e é forçado e reforçado intensivamente durante a vida de maneira consciente e subconsciente, na tentativa de naturalizar certas formas de comportamento que são consideradas desejáveis e prevenir aquelas consideradas indesejáveis a cada classe sexual. Assim, o gênero feminino, atribuído às mulheres, tem o objetivo de inferiorizá-las como seres humanos, tendo em vista que a normatização da passividade, da fraqueza e da submissão seriam atributos desejáveis para o sexo feminino, ao passo que a inteligência, a dominação e o poder seriam desejáveis para o sexo masculino. Ora, com este processo de valorização dos atributos referentes à socialização masculina, os homens tornaram-se capazes de organizar a sociedade de modo que suas políticas os favorecessem. Pode-se reafirmar, portanto, que a opressão da classe dos homens sobre a classe das mulheres advém de um conflito de ordem política. É por conta de suas diferenças materiais intrínsecas que homens e mulheres passaram a ser condicionados a agir e se portar de maneiras distintas.

Mesmo que a manifestação do gênero se dê de diferentes formas com o passar do tempo e conforme à cultura, os valores subentendidos para mulheres e homens permanecem os mesmos, de modo que as mulheres transmitam a sua submissão e os homens a sua superioridade. O método que este sistema de opressão utiliza resulta naquilo que Paulo Freire identifica como falsa consciência, isto é, quando a classe oprimida internaliza a ideologia do opressor, fazendo com que a fraqueza e a dependência femininas sejam assimiladas como naturais e, portanto, inevitáveis às mulheres.

Considerar que ambas as socializações estão em pé de igualdade é, ao mesmo tempo, ignorar a existência do regime patriarcal e legitimar a opressão do sexo feminino pelo masculino. Um dos principais objetivos das políticas de gênero é “deixar o opressor confortável em seu papel de dominador e docilizar os oprimidos com vistas a garantir que eles não resistam à opressão” (Dalaqua, 2021, p. 216). A imposição do gênero ao sexo viabilizou a criação do mito de que os seres oprimidos – no caso, as mulheres – são naturalmente inferiores, o que “justifica sua dominação pelos ‘superiores’ (os opressores), tidos como detentores de qualidades que são ausentes nos ‘inferiores’ (os oprimidos)” (*Idem*, p. 216). Conseqüentemente, isso facilitou a exploração do trabalho emocional, sexual, doméstico e reprodutivo das mulheres pelos homens.

### **3 - Materialismo *versus* Identitarismo**

Opositores da leitura materialista de gênero, aqueles que a declaram como “essencialista” ou “biologista” – por discordarem de que a base da opressão feminina advém de seu sexo –

ignoram que o próprio conceito de opressão é um conceito político e não natural. Quer dizer, a opressão não é uma condição inevitável e inerente à natureza humana, mas um fenômeno construído e sustentado por meio de relações de poder e estruturas sociais. A opressão das mulheres pelos homens representa, assim, o contraste entre duas identidades coletivas. Movimentos sociais operantes a favor das supostas “identidades de gênero” são agentes que, em grande parte, pertencem aos grupos oprimidos. Como já denunciava a frase de Simone de Beauvoir (2005, p. 82): “[...] o opressor não seria tão forte se não tivesse cúmplices entre os próprios oprimidos”. Quer dizer, o gênero enquanto prática sistêmica de hierarquização social não se sustentaria tão facilmente se não houvesse algum grau de adesão entre os oprimidos – adesão esta que é de fundamental importância para a sustentação do patriarcado. No entanto, é importante reconhecer que a adesão a normas e práticas opressivas ocorre, sobretudo, devido à internalização dessas estruturas sociais, à pressão social e até mesmo à falta de consciência crítica sobre as dinâmicas de poder em jogo, o que Pierre Bourdieu denomina de violência simbólica. A violência simbólica ocorre quando as estruturas sociais, as instituições e as práticas culturais impõem uma visão de mundo dominante, naturalizando as desigualdades e reforçando hierarquias. Essa imposição simbólica é internalizada pelas pessoas e passa a ser percebida como algo “normal” ou “natural”, dificultando a percepção crítica e a contestação das relações de poder. A respeito das mulheres, Bourdieu argumenta que:

[...] as próprias mulheres aplicam a toda a realidade e, particularmente, às relações de poder em que se veem envolvidas, esquemas de pensamento que são produto da incorporação dessas relações de poder e que se expressam nas oposições fundantes da ordem simbólica. Por conseguinte, seus atos de conhecimento são, exatamente por isso, atos de reconhecimento prático, de adesão dóxica, crença que não tem que se pensar e se afirmar como tal e que “faz”, de certo modo, a violência simbólica que ela sofre (2012, p. 24).

Desse modo, reconhecer o papel da subordinação, da relação de dominância paternalista e das mulheres como uma classe sexual pode tornar essa leitura mais clara. Pois, como explica Lerner:

[...] a luta de classes pode ser descrita como uma luta pelo controle dos sistemas de símbolos de determinada sociedade. O grupo oprimido, enquanto compartilha e participa dos símbolos principais controlados pelos dominantes, também desenvolve os próprios símbolos. Estes, em época de mudança revolucionária, tornam-se forças importantes na criação de alternativas. Outro modo de dizer isso é que ideias revolucionárias podem ser geradas apenas quando os oprimidos possuem uma alternativa ao sistema de símbolos e significado daqueles que os dominam (Lerner, 2019, p. 272).

Assim, compreender o gênero não como uma questão individual, mas como uma prática sistêmica que contribui para a hierarquização social, dividindo os seres humanos em classes, é fundamental para a emancipação da sociedade como um todo.

Teorias como a *Queer*, que têm a pretensão de subverter a lógica de gênero, de maneira que o feminino não deva estar necessariamente associado ao sexo feminino, nem o masculino ao sexo masculino não fazem sentido para o patriarcado. Partindo do pressuposto de que o gênero foi criado para hierarquizar os dois sexos, ou seja, para ser uma ferramenta do sistema, ressignificá-lo para que seja uma ferramenta antissistema é um empreendimento um tanto obtuso. As qualidades daquilo que entendemos como masculino e feminino não são equivalentes, no sentido de que não dispõem da mesma carga de valores. Uma vez que a lógica da assimetria entre o feminino e o masculino não é compreendida, o gênero não é entendido como um problema. No entanto, é impossível almejar uma sociedade emancipada<sup>11</sup> quando se defende que há pessoas que, independentemente do sexo, possam se identificar e se classificar com um modo de ser que é inferiorizado e que foi propositalmente criado para manter a dinâmica de poder de um sexo sobre o outro.

Ademais, a socialização e a opressão de gênero acontecem independentemente de como o indivíduo se sente consigo mesmo ou sobre sua identidade (Cooper, 2015). A opressão sofrida por meninas acontece independentemente de elas terem ou não ciência de que são meninas, quer dizer, a identificação ou não com o gênero não altera sua realidade material, que é a razão da construção de sua inferiorização. Por isso, afirmar que meninas e mulheres têm sua opressão baseada no gênero, não no sexo, é também admitir que elas poderiam não sofrer com as violências a que são submetidas se se identificassem com o gênero oposto, mudando seus comportamentos e sua aparência. Pois, se a opressão é de gênero, por ter sido construída, as

---

<sup>11</sup> Ora, por que almejar uma sociedade emancipada e não apenas igualitária? Uma sociedade emancipada vai além da igualdade formal e busca a liberação e autonomia das pessoas em relação a sistemas de opressão e dominação. A emancipação refere-se à libertação das estruturas de poder que subjagam certos grupos e indivíduos. Isso envolve questionar e dismantlar hierarquias e relações de dominação presentes na sociedade, sejam elas de natureza política, econômica, social ou cultural. Enquanto uma sociedade igualitária refere-se a uma sociedade em que todos os indivíduos têm direitos e oportunidades iguais, independentemente de sua origem social, sexo, etnia, orientação sexual ou qualquer outra característica pessoal, a sociedade emancipada refere-se a um contexto em que os indivíduos são libertados das opressões, restrições e dominações que podem estar presentes em diferentes esferas da vida social, como a política, a econômica, a cultural ou a sexual. A emancipação envolve a liberdade individual e coletiva para agir, pensar e tomar decisões sem que as pessoas sejam submetidas a estruturas de poder opressivas. Embora haja uma sobreposição entre esses conceitos, é possível a existência de uma sociedade igualitária que não seja completamente emancipada. Por exemplo, uma sociedade pode ter igualdade formal em termos de direitos, mas ainda existir opressão e restrições culturais que impeçam que as pessoas vivam plenamente sua liberdade.

meninas e futuras mulheres que se identificarem com ele (*cisgêneras*)<sup>12</sup> terão se identificado, portanto, com uma posição social subalterna que é propositalmente inferiorizada.

Os gêneros feminino e masculino, ou a feminilidade e masculinidade, como explicado anteriormente, não são meros atributos ou papéis conferidos aos sexos sem carga de valor. Ambos foram criados com a finalidade de naturalizar as relações de poder entre os sexos. Associá-los ao sexo, como querem os conservadores, ou apagar a noção de sexo para que só haja o gênero, como quer o ativismo identitário<sup>13</sup>, são alternativas que não compreendem o gênero como essencialmente maléfico. Enquanto os primeiros defendem que esses papéis sociais são naturais a cada um dos sexos, os segundos defendem sua resignificação. Ao levantarem tal empreendimento, os pós-modernos, em geral, afirmam que os atributos considerados femininos não devem ser compreendidos como inferiores aos masculinos. Ora, uma vez que para eles o sexo não possui existência real, não faz distinção com o gênero, e que o gênero é um constructo social, a reprodução desses papéis sociais deixa de ser um problema para se tornar uma posição temporária, ou, melhor dizendo, uma identidade flutuante, de como o indivíduo tem se entendido na sociedade<sup>14</sup>. No entanto, mesmo que haja alguma sociedade remota no mundo que valore mais os atributos considerados femininos, em detrimento dos masculinos, majoritariamente, o mundo valoriza mais os atributos considerados masculinos. E, para além disso, o que temos tentado evidenciar ao longo desse artigo é que a separação entre masculino e feminino não foi criada arbitrariamente. O masculino precisa do feminino, assim como o feminino precisa do masculino para manter uma estrutura de poder hierarquizada. Então, enquanto existirem modos de ser que sejam agrupados e nomeados de maneira que possam dividir as pessoas com base em uma classificação que não foi criada por acaso, a opressão não deixará de existir.

---

<sup>12</sup> O termo *cis* vem do latim e significa “deste lado”. Por exemplo: cis-Atlântico – deste lado do Atlântico. Nesse sentido, a cisgeneridade é a condição da pessoa cuja identidade de gênero corresponde ao gênero que lhe foi atribuído no nascimento. Por exemplo, alguém que se identifica como mulher e foi designada como mulher ao nascer é uma mulher cisgênera. O termo cisgênero se contrapõe ao termo transgênero.

<sup>13</sup> Segundo Asad Haider (2019, p. 47): “Na sua forma ideológica contemporânea, diferentemente da sua forma inicial como teorização da prática política revolucionária, a política identitária é um método individualista. Ela é baseada na demanda individual por reconhecimento e toma essa identidade individual como ponto de partida. Ela assume essa identidade como dada e esconde o fato de que todas as identidades são construídas socialmente. E porque todos nós temos necessariamente uma identidade que é diferente da de todos os outros, ela enfraquece a possibilidade de auto-organização coletiva. O paradigma da identidade reduz a política a quem você é como indivíduo e a ganhar reconhecimento como indivíduo, em vez de ser baseada no seu pertencimento a uma coletividade e na luta coletiva contra uma estrutura social opressora. Como resultado, a política identitária paradoxalmente acaba reforçando as próprias normas que se propõe a criticar”.

<sup>14</sup> A “identidade flutuante” pode ser entendida como uma manifestação do conceito de “estilos de carne”, introduzido por Butler e explicado no corpo do texto (§2, p. 2). Por sua vez, a “identidade flutuante” sugere que essas “identidades de gênero” não são fixas, mas podem evoluir e variar ao longo do tempo.

Defender a ideia de que os seres do sexo feminino que reproduzem a feminilidade a escolheram, ou que são assim porque nasceram assim, ou que gostam de ser assim etc., além de ser uma postura desonesta é igualmente cruel, pois engaja tais seres na culpabilização e responsabilidade da vítima. Movimentos organizados em “gêneros afirmativos” ignoram que essas meninas e mulheres são adestradas deliberadamente<sup>15</sup> para sentirem que são da maneira que são e gostam das coisas que gostam por conta de sua realidade material. Logo, mesmo que haja um aumento progressivo de pessoas *performando* o gênero oposto ao que lhe é atribuído no nascimento – tendo em vista a existência de indivíduos de ambos os sexos incomodados com as restrições de gênero, enquanto houver a necessidade de associar e identificar cada comportamento a um sexo diferente, como se as pessoas não pudessem se comportar, pensar, agir ou se sentir das mais variadas formas –, a decisão pessoal de mudar a própria aparência para reduzir o atrito com a vida não ajudará na luta contra os diferentes poderes atribuídos aos homens e às mulheres.

*Performance* ou performatividade de gênero é um termo também cunhado por Judith Butler em seu livro *Gender Trouble* (1990). Para ela, o gênero é uma identidade ou *performance* flutuante. Quer dizer, o “ser” homem e “ser” mulher é conceituado, portanto, como um posicionamento temporário e o sexo, diferentemente do posicionamento do feminismo de raiz, é, assim como o gênero, um constructo social. No contexto do pós-modernismo, a linguagem recebe uma importância extraordinária. Nesse sentido, a *Teoria Queer*, pós-moderna e idealista, enxerga os problemas de gênero como problemas de linguagem. Para Butler, toda forma de *ser* é simplesmente um efeito de discursos. Toda a realidade material é derivada, em última instância, da linguagem, de uma construção cultural ou meramente de uma narrativa. No entanto, essa leitura contradiz a experiência diária de que os sexos são reais e de que o mundo físico funciona independentemente da nossa linguagem. Ao assumir uma postura idealista, pós-moderna, Butler pretende dissolver o dualismo entre sexo e gênero, colocando o sexo, também,

---

<sup>15</sup> Alguém poderia objetar dois pontos aqui. Primeiro, se não estamos sendo redundantes ao utilizarmos os termos “adestradas” e “deliberadamente” juntos, uma vez que o verbo ‘adestrar’ geralmente implica uma ação deliberada de um agente externo para controlar o outro. Segundo, se não estamos contrariando a ideia de que a perpetuação das normas de gênero, por serem profundamente enraizadas em estruturas sociais e culturais complexas, são reproduzidas de maneira inconsciente. Partindo da perspectiva segundo a qual a socialização de gênero é um processo opressivo, no qual as normas e as expectativas tradicionalmente estabelecidas são usadas para restringir e limitar as liberdades e oportunidades das pessoas com base em seu sexo, o uso do termo “adestradas deliberadamente”, nesse contexto, intenta destacar a natureza controladora e coercitiva desse processo. Embora a reprodução dessas normas e expectativas ocorra, muitas vezes, de forma implícita e não intencional por parte dos indivíduos, visto que elas são internalizadas ao longo do tempo, é importante não esquecer que elas foram criadas com um propósito específico (explicado ao longo do artigo) e a sua reprodução inconsciente é, talvez, a maior das armas do patriarcado, essencial para a sua perpetuação e manutenção.

como uma construção cultural, derivado da linguagem. Mas seria possível erradicar a opressão das mulheres modificando-se apenas a linguagem?

De fato, pode-se argumentar que a transgeneridade proporciona a alguns indivíduos o alívio em relação à condenação de não atender às expectativas convencionais de gênero, ao mesmo tempo em que abraça, suporta e adere às posições atuais da mulher e do homem na sociedade. Todavia, isso não quer dizer que não existam outras forças poderosas que apoiam as noções de gênero e que prejudicam, sobretudo, as mulheres. Na primeira etapa do processo de politização, é natural o sentimento despertado naqueles ou naquelas que não se veem em conformidade com aquilo que a sociedade patriarcal espera deles e delas por conta de seu sexo, pois, ao compreender que por nascer de tal maneira o indivíduo não precisa corresponder ao que é esperado dele, no sentido comportamental e/ou estético, ele tende a se sobrepor às imposições. Mas é somente ao compreender que o sistema de gênero é hierárquico, opressor e limitante, que se abre a possibilidade de adesão a uma práxis libertadora. No entanto, por conta dos discursos identitários de gênero, já assimilados por parte da política, da cultura, da academia e da imprensa, em vez de os indivíduos realmente romperem com os padrões estabelecidos, isto é, com as demandas da feminilidade e da masculinidade, reafirmando-se como são, independentemente de seu sexo, eles passam a querer a se apropriar do gênero oposto, ou de alguma outra classificação, como se não fosse legítimo ser o que são da maneira que são. De acordo com Cooper:

Homens que consideram a masculinidade dolorosa e intolerável, e que escolhem rebelar-se contra esse estrangulamento, enfrentam preconceito e discriminação, e nós deveríamos querer acabar com isso. Mas vale lembrar que o gênero pune as mulheres, estejam elas em conformidade ou não. A não-conformidade é punida e socialmente sancionada para ambos os sexos, mas, para as mulheres, a conformidade também é uma forma de punição, uma vez que o cumprimento da feminilidade é, por si só, submissão e subordinação (Cooper, 2015, n.p., tradução nossa)<sup>16</sup>.

Assim, o verdadeiro papel do feminismo como movimento social e político é lutar pela emancipação das mulheres como classe sexual; e isso significa se livrar das restrições opressivas impostas pelo sexo, conquistando sua autodeterminação e autonomia. Nas palavras de Gerda Lerner:

---

<sup>16</sup> Cooper, 2015, n.p.: “Males who find masculinity painful and intolerable, and who choose to rebel against its strictures, face prejudice and discrimination, and we should want to end this. But it's worth remembering that gender punishes females whether they conform or not. Non-conformity is punished and socially sanctioned for both sexes, but for females, conformity is also a form of punishment, since compliance with femininity is in itself submission and subordination”.

Liberdade das restrições opressivas impostas pelo sexo significa liberdade das restrições biológicas e sociais. Autodeterminação significa ser livre para decidir o próprio destino; ser livre para definir seu papel social; ter a liberdade de tomar decisões referentes ao próprio corpo. Autonomia significa conquistar o próprio *status*, não obtê-lo por meio de herança ou casamento; significa independência financeira; liberdade de escolher seu estilo de vida e vivenciar sua orientação sexual (Lerner, 2019, p. 287).

Todas essas reivindicações pressupõem uma luta de classes. A partir do reconhecimento de que a opressão das mulheres pelos homens não é uma questão de identidade individual, mas que está enraizada nas estruturas sociais, e que o poder e a opressão não são limitados apenas às esferas econômicas e de classe social, mas também permeiam as dinâmicas entre os sexos, de maneira que as opressões estejam interligadas e sejam reforçadas mutuamente, a luta de classes, sociais e sexuais, implica mudanças culturais profundas no sistema, incluindo a transformação e, inevitavelmente, a substituição de valores, teorias e instituições vigentes. A abolição do gênero, portanto, só é possível mediante uma transformação na hegemonia cultural e econômica, isto é, por meio de uma revolução. Conforme explicado previamente, o capitalismo depende, essencialmente, da exploração não apenas da força de trabalho, mas também da reprodução social, referente ao trabalho não remunerado necessário para cuidar das necessidades básicas da vida — tais como alimentação, moradia, educação e cuidados com crianças e idosos —, realizado sobretudo pelas mulheres. O patriarcado, por meio da naturalização dos papéis de gênero, perpetua a ideia de que as tarefas domésticas e o cuidado com a família são responsabilidades essencialmente femininas.

De acordo com Federici (2019a), o capitalismo se beneficia da opressão das mulheres, uma vez que essa opressão permite que o sistema obtenha trabalho gratuito ou mal remunerado para sustentar os trabalhadores assalariados. E, para além dessas questões, o patriarcado e o capitalismo também trabalham juntos na mercantilização do corpo feminino, promovendo a objetificação, sexualização e exploração de seus corpos, mediante a perpetuação de padrões de beleza inatingíveis e infantis para vender produtos e serviços, o que é lucrativo tanto para a indústria da moda e da beleza, quanto para a indústria do comércio sexual e pornográfico. O controle sobre o corpo das mulheres, incluindo questões relacionadas à reprodução e à sexualidade, é utilizado para manter o sistema de produção capitalista. Federici argumenta que as políticas e instituições que regulam o corpo das mulheres, como restrições ao acesso ao aborto e à contracepção, servem aos interesses do capitalismo, ao garantir a disponibilidade de uma força de trabalho "reproduzível".

Na obra *Feminismo para os 99%: um manifesto* (2019), de Arruzza, Battacharya e Fraser, postula-se que as opressões sexuais, raciais e de classe estão entrelaçadas e operam em

conjunto para perpetuar sistemas de desigualdade estrutural. Para as autoras desse *manifesto*, o racismo e a exploração econômica são elementos inextricavelmente interligados, com as mulheres racializadas sendo, em sua maioria, as mais prejudicadas, em virtude de serem atravessadas por uma tripla opressão: a sexual, a racial e a de classe social.

### **Conclusão**

É, portanto, a classe sexual *mulher*, por sua realidade material e sua capacidade reprodutiva, independentemente da identificação ou não com outro gênero, com nenhum ou com os dois, que continuará sendo o maior alvo de estupros, violências e abusos pelos homens enquanto existir o patriarcado. Afirmar que as mulheres enquanto grupo são oprimidas e que sua opressão é baseada no sexo “é colocar uma data de início no patriarcado e demonstrar, precisamente, que esse não é o *modus operandi* da espécie humana como um todo. Que o patriarcado surgiu em condições específicas, por razões específicas” (Furiosa, 2021). Por isso, se não houver um rompimento da associação que fazemos da mulher ao “ser mulher” e do homem ao “ser homem”, ou seja, enquanto o gênero como papel social não for abolido, não haverá possibilidade de mudança real. Feministas de raiz, ao darem visibilidade e problematizarem o gênero como identidade, oferecem recursos para que estes sejam contestados, contribuindo, assim, para a sua futura abolição.

A abolição do gênero, contrariamente à visão do senso comum, seria um avanço para todos, pois a emancipação da mulher significa, também, a viabilidade de um novo modelo de sociedade. Em um cenário ideal, mas possível, mulheres e homens poderão desenvolver suas capacidades e alcançar seu pleno potencial sendo e agindo da maneira que quiserem, sem que as meninas sejam coagidas à submissão e os meninos à dominação. Dessa forma, o desejo de reivindicar para si o título de homem ou de mulher deixará de fazer sentido, já que não haverá distinção no tratamento social e nas expectativas das pessoas com a queda do patriarcado.

## Referências

ARISTÓTELES. *Metafísica*. 2ª edição. Tradução de Marcelo Perine. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

AMARA, Ariana. “O que você sabe sobre a origem da opressão das mulheres?” In: *Conceitos Básicos*. Revista digital QG Feminista: Coletiva feminista, 7 jan. 2021. Disponível em: <https://qgfeminista.org/o-que-voce-sabe-sobre-a-origem-da-opressao-das-mulheres/> . Acesso em: 29 out. 2021.

ARRUZZA, Cinzia; BATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. *Feminismo para os 99%: um manifesto*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019.

ATKINSON, Ti-Grace. “The Descent from Radical Feminism to Postmodernism”. In: *How to Defang a Movement: Replacing the Political with the Personal: A Revolutionary Moment: Women’s Liberation in the Late 1960s and the Early 1970s*. Mulheres, Gênero e Sexualidade, Universidade de Boston, 27-29 mar. 2014. Tradução de Bruna Santiago. QG Feminista, 4 jan. 2021. Disponível online em: <https://medium.com/qg-feminista/o-decl%C3%AAdnio-do-feminismo-radical-ao-p%C3%B3s-modernismo-69fdc8147c4> . Acesso em: 22 set. 2023.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: fatos e mitos*. 3ª edição. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BEAUVOIR, Simone de. *Por uma moral da ambiguidade*. Tradução de Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 11ª edição. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

COOPER, Rebecca Reilly. “Sex and Gender: A Begginer’s Guide”. In: *Gender and Sex*. [S. l.], 2015. Disponível online em: <https://web.archive.org/web/20190330132148/https://sexandgenderintro.com/gender/> . Acesso em: 29 out. 2021.

DALAQUA, Gustavo Hessmann. “Liberdade democrática como desenvolvimento de si, resistência à opressão e à injustiça epistêmica”. *Revista Trans/Form/Ação*, Marília, ano 2020, v. 43, ed. 3, p. 213-234, 2021. Disponível online em: <https://www.scielo.br/j/trans/a/Qbdrc7xS66dP98wVY87tLhr/?lang=pt> Acesso em: 4 nov. 2021.

FEDERICI, Silvia. *O calibã e a bruxa: mulheres, corpos e acumulação primitiva*. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2019a.

FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019b.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra S/A, 1994. 129 p. v. 21. Disponível em: <https://cpers.com.br/wp-content/uploads/2019/10/Pedagogia-do-Oprimido-Paulo-Freire.pdf> . Acesso em: 31 out. 2021.

FURIOSA, Bruna Santiago. “Por que mulheres são oprimidas?” In: *Conceitos Básicos. Revista digital QG Feminista: Coletiva feminista*, 13 jan. 2021. Disponível *online* em: <https://qgfeminista.org/por-que-mulheres-sao-oprimidas/> . Acesso em: 29 out. 2021.

HAIDER, Asad. *Armadilha da identidade: raça e classe nos dias de hoje*. Tradução de Leo Vinicius Liberato. São Paulo: Baderna, 2019.

HEUCHAN, Claire. “Womanhood: On sex, gender roles, and self-identification”. *Sister Outsider*, 2018. Disponível *online* em: <https://sisteroutrider.wordpress.com/2018/02/09/womanhood/> . Acesso em: 20 jun. 2023.

LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado: História da opressão das mulheres pelos homens*. Tradução de Luiza Sellera. São Paulo: Editora Cultrix, 2019.

Recebido em: 11/03/2024.

Aprovado em: 28/05/2024.